



Mercado de carbono: o potencial brasileiro e a importância de letramento das empresas

POR MAGALI LEITE

FONTE: VALOR ECONÔMICO

Magali Leite, presidente do IBEF-SP, destaca neste artigo que o Brasil tem a melhor condição de desenvolver esse mercado



 Foto: Divulgação

Assim como a pauta ESG chegou às empresas revolucionando a forma de se gerir negócios e pessoas, as discussões sobre o mercado de carbono têm sido um novo divisor de águas para o que chamamos de finanças sustentáveis. Estamos cada vez mais certos de que esse será o instrumento que trará grandes oportunidades de o Brasil se inserir na transformação ecológica do mundo, atrair investimentos e se tornar liderança no tema ambiental. Mas, para isso, ainda há caminhos regulatórios e de conscientização que se fazem necessários.

A demanda mundial por crédito de carbono já é crescente e pode aumentar 15 vezes ou mais até 2030, movimentando cerca de 50 bilhões

bilhões de dólares no período. E está no Brasil a melhor condição de desenvolver esse mercado, já que 15% do potencial de captura de carbono por meios naturais do planeta está aqui, com chances de atender a 48,7% da demanda global e se tornar o grande fornecedor de crédito de carbono do mundo, de acordo com levantamento da Way Carbon e da McKinsey. Isso ainda com custo menor e mais competitivo do que em boa parte dos outros países.

Entre os grandes desafios para solidificar o espaço do Brasil no mercado de carbono, porém, estão a definição dos sistemas de governança, metodologias de monitoramento e controle, estrutura clara de papéis e responsabilidades dos órgãos envolvidos no novo sistema. Isso será possível apenas com diálogo entre todos os stakeholders envolvidos, uma regulamentação clara e um letramento das partes, principalmente das empresas, sobre a relevância e extrema necessidade de avançarmos na área de finanças sustentáveis para, inclusive, atrair mais investimentos para o país.

Como líder no ecossistema de finanças, o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (IBEF-SP) tem atuado para contribuir com esse avanço, conectar as frentes do mercado e conscientizar os executivos da área. Já nos reunimos com interlocutores do governo federal, CVM e B3 para ponderar o assunto e, em outubro, realizamos um webinar para reforçar essa pauta e novidades regulatórias junto aos nossos associados, executivos que representam cerca de 25% do PIB do Brasil, por meio do faturamento das empresas que administram. Os debates evoluem no sentido da criação de um sistema de compensação de emissões de gases de efeito estufa, fundamental para regular a compra e venda de créditos de carbono, além de movimentar a economia brasileira de forma sustentável.

O tópico está inserido em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, dentre os quais o Projeto de Lei nº 412/2022, que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE). O texto foi aprovado no Senado e apensado ao PL 528/2021, na Câmara. As discussões passam pela criação de uma nova taxonomia, títulos soberanos sustentáveis e uma mudança no fundo clima, que vai possibilitar dar créditos a atividades vinculadas à sustentabilidade. O debate desses projetos precisa estar no radar de todos os que perceberam a urgência de transformar o Brasil em líder global no mercado e, conseqüentemente, atrair investimentos para todos os setores.

O mercado de carbono bem construído é oportunidade de propulsão de inovação, captação de investidores globais, geração de empregos,

tecnologia e desenvolvimento para o país. E este é um momento muito oportuno para estarmos todos juntos no mesmo propósito.

Confira outros artigos em nosso site: www.nacaoconsultoria.com.br

